

**MARCAS DA FRONTEIRA: O MARCO MISSIONEIRO DE FONTOURA
XAVIER/RS**

**FRONTIER MARKS: THE JESUITIC MISSIONS LANDMARK OF FONTOURA
XAVIER/RS**

Recebido em: 10/04/2022

Aceito em: 13/08/2022

Jacqueline Ahlert¹ 

Resumo: Um mistério de dois metros de altura saiu do meio dos pinheirais do município de Fontoura Xavier para desafiar a imaginação e a mente dos arqueólogos. Um ponto de interrogação que já se transformou na descoberta mais surpreendente da trajetória da investigação missioneira. Um basalto inteiramente trabalhado, com desenho e inscrições que podem ter quase quatro séculos. Nada parecido foi encontrado até hoje no território que um dia viu nascer e agonizara utopia que uniu índios canibais e padres espanhóis numa experiência única na história.

Eliane Brum, 1992

Palavras-chave: Missões; Fontoura Xavier; Arqueologia.

Abstract: A two-meter high mystery came out from the middle of the pine forests in the municipality of Fontoura Xavier to challenge the imagination and the mind of archeologists. A question mark that has already become the most surprising discovery in the history of missionary research. A fully worked basalt, with designs and inscriptions that may be almost four centuries old. Nothing similar has been found so far in the territory that once saw the birth and death of the utopia that brought together cannibal Indians and Spanish priests in a unique experience in history.

Eliane Brum, 1992

Keyword: Jesuitic Missions; Fontoura Xavier; Archaeology.

INTRODUÇÃO

Peça única entre os artefatos missioneiros remanescentes na América Meridional, de fato, o Marco Missioneiro impressiona, seja pelas suas dimensões, pela sua localização ou pelo mistério que sonda as imagens nele gravadas. A afirmação de que é “a descoberta mais surpreendente da trajetória da investigação missioneira” (BRUM, 1992, p. 43), está sujeita a perspectiva de cada espectador, em âmbito geral, ou de cada pesquisador, no que tange os seus pontos de análise e narrativa histórica.

¹ Doutora em História Ibero-americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Programa de Pós-Graduação em História (PPGH Me-Do) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e da Faculdade de Artes e Comunicação - UPF. Coordenadora do Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA) e pesquisadora do Núcleo de Pré-história e Arqueologia (NuPHA). E-mail: ahlert@upf.br.

Fato é que, passados 30 anos desde que veio a público a existência da estela, inúmeras perguntas, algumas hipóteses e pouquíssimas precisões, seguem rondando quem sobre ela põe os olhos. Buscaremos nas linhas que seguem expor os fatos ou “precisões”, como ponto de partida. O posicionamento geográfico da pedra e sua relação com os eventos históricos que ali tiveram lugar, sua razão de ser *marco*. Posteriormente, versaremos sobre a chegada da estela ao Laboratório de Cultura Material e Arqueologia da Universidade de Passo Fundo², os procedimentos de higienização, registro e interpretação desenvolvidos pela equipe de trabalho.³ Por fim, mas não de modo conclusivo, dividiremos com o leitor as proposições interpretativas do Marco Missioneiro, concebendo, a partir de Certeau (1982), a história como escrita dos mortos, uma produção de discurso sobre o real que jamais será a própria realidade vivida, sobretudo quando não compartilhamos dos mesmos códigos simbólicos dos sujeitos em estudo.

Iniciaremos pelo que a pedra é, findaremos com suas possíveis significações. O Marco Missioneiro é uma estela de basalto, medindo 205 cm de altura e 106 cm de largura. Possui gravações em ambas faces e nas laterais. Pela sua localização, formato e imagens nele registradas, a hipótese mais coerente é a de que sinalizava o Eral de São Cristóvão, do pueblo de São João, pertencente às Reduções Jesuíticas. Reclamam sobre as representações que o adornam as questões mais insólitas, os potenciais símbolos da fronteira entre ervais, entre etnias indígenas e, quiçá, entre cosmovisões distintas.

OS ERVAIS MISSIONEIRO

As próximas linhas apresentam uma breve contextualização do sítio onde localizava-se a estela, além das pesquisas histórica e arqueológica que conduziram a interpretação da função demarcatória do artefato. Serão apontados aspectos da milenar presença

² As instalações do Laboratório de Cultura Material e Arqueologia localizam-se no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Passo Fundo. O espaço é destinado a investigações e salvaguarda do acervo arqueológico para projetos de pesquisas junto ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA), ao Departamento de Normas e Licenciamento (DEPAM) e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

³ Este artigo, embora escrito por mim, compõe-se de uma pesquisa empreendida por um grupo de pessoas que aqui serão mencionadas em cada uma das contribuições. Tau Golin, com a pesquisa cartográfica e a decupagem atenta às referências aos ervais nos relatos jesuíticos e dos demarcadores das fronteiras ibéricas; Fabricio Vicroski, o arqueólogo do projeto, guia dos procedimentos laboratoriais e das análises comparadas entre distintas tradições arqueológicas, e os comprometidos bolsistas de pesquisa, Ana Carolina Galvan, Bruno Almeida Silva, Giúlia Machado Cittolin e Armando Graff. Endosso Institucional: Núcleo de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Passo Fundo. Telefone: (54) 3316-8339, E-mail: pghis@upf.br, Site: www.ppgh.upf.br

indígena na região e da, posterior, jesuítica, imbuída de catequisar os nativos, organizar povoados e gerir sua subsistência.

A abrangência territorial do município de Fontoura Xavier está inserida na Região Hidrográfica do Guaíba, Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Sub-bacia Hidrográfica do Rio Forqueta. No que tange a hidrogeologia, o perfil geológico em aquíferos da Formação Serra Geral corresponde a uma cobertura pedológica de solo argilo-siltoso e saprolito recoberto por basaltos fraturados.⁴

A vegetação da região pertence ao tipo fitogeográfico, Floresta Ombrófila Mista, onde é comum a ocorrência de campos, capões e bosques, muitas vezes com a presença do pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia*). Atualmente a área onde originalmente localizava-se a estela está coberta por Pinheiros-Bravos (*Pinus pinaster*), associadas a outras espécies, onde predominam as famílias Asteraceae e Poaceae (FRAGOMENI, 2018).

Comparado às demais regiões do Rio Grande do Sul, nota-se que a quantidade de pesquisas arqueológicas sobre o período pré-colonial na região do Planalto Médio é baixa. A maior parte dos estudos limita-se ao período missioneiro. Porém, devido à legislação vigente, atrelada ao licenciamento ambiental de obras, essas pesquisas vêm tendo um aumento gradual. As investigações realizadas identificaram sítios arqueológicos de populações de caçadores-coletores pré-ceramistas associados às tradições arqueológicas Humaitá e Umbu, como aponta Vicoski (2014), além de grupos horticultores relacionados às culturas ceramistas Taquara e Tupiguarani. Assim, as pesquisas revelam um contexto de ocupação pré-colonial similar à porção norte do Estado, abrangendo uma faixa cronológica que parte do início do pleistoceno até a chegada dos espanhóis e portugueses à região.⁵

⁴ Em maciços magmáticos extrusivos, como é o caso dos basaltos da Formação Serra Geral presentes na área de estudo, gerados por emissões sucessivas de lavas, a quaisquer profundidades, são esperadas descontinuidades sub-horizontais de alta condutividade hidráulica (contato entre diferentes derrames), separadas por corpos tabulares praticamente estanques. O embasamento rochoso que ocorre na área do município de Fontoura Xavier é de rochas que estão classificadas como vulcanitos da Formação Serra Geral. O IBGE (1986), no Projeto Radambrasil, considera a Formação Serra Geral como o agrupamento de uma espessa sequência de vulcanitos, eminentemente basálticos, podendo conter termos ácidos intercalados. A sequência básica é constituída predominantemente por rochas efusivas, as quais são agrupadas em três grandes grupos: basaltos, andesitos e basaltos com vidro.

⁵ As pesquisas realizadas até o momento presente indicam que os primeiros grupos humanos chegaram ao norte do Estado no final da última glaciação. Nesse período, toda a ambientação era distinta da atual. A mata de araucárias, que há um século era dominante nas paisagens do noroeste do Rio Grande do Sul, não existia há 11 mil anos. A ocupação pré-colonial do território pode ser dividida em dois períodos: 1) pré-cerâmico, correspondendo à ocupação mais antiga, relacionado às Tradições Umbu e Humaitá. Essas culturas desconheciam a produção cerâmica, sendo seus utensílios de madeira, osso e pedra. 2) período cerâmico, representado pelas culturas

O povoamento histórico do Planalto Médio, inicia-se a partir do século XVI, intensificando-se nos anos que se seguiram pelas expedições de exploradores, circulação de bandeirantes e tropeiros e, principalmente, pelo estabelecimento das reduções jesuíticas. Apoiada pelo Estado moderno espanhol, começou no século XVII a instalação dos povoados organizados pelos jesuítas junto a indígenas de diferentes etnias, com predominância dos guaranis. O marco inaugural desse processo foi a fundação de San Ignacio Guaçu, em 1609. As instalações, nessa fase inicial, aconteceram no Guairá, ocupando posteriormente a região do Itatim e prolongaram-se até o Tape, no agora estado do Rio Grande do Sul. Povoados, ervais e estâncias missionais foram fundados ao longo do século XVII e início do século XVIII, com jurisdição em territórios pertencentes atualmente ao Paraguai, Argentina, Brasil e norte da República Oriental do Uruguai. No século XVIII, ficaram consolidados em trinta povos principais, diversos povoados e capelas, numa estrutura produtiva de cidades, fazendas e ervais (AHLERT, 2020).

Na região em estudo o processo de colonização foi marcado pela fundação das reduções de São Carlos do Caapi e Santa Tereza, em 1631 e 1632, nos arredores de onde hoje se encontram Passo Fundo e Carazinho. O cultivo da erva-mate pelos missionários no Alto Jacuí, especialmente da etnia Guarani, em parceria com a Kaingang, iniciou nas fundações das reduções supracitadas, além de Santa Ana e São Joaquim (1633).

ceramistas Taquara e Tupiguarani. Entretanto, é possível que a diversidade cultural do período tenha sido maior do que se pode supor através de remanescentes arqueológicos.

margem direita do rio Uruguai, deixando para trás um elemento importante para o desenvolvimento econômico do Estado, o gado vacum e os ervais.

Golin (2022) elucida que, após a invasão bandeirante, o beneficiamento da erva-mate se manteve para o consumo dos indígenas que permaneceram na região do Alto Jacuí e para o gentílico caboclo, que surgira na mestiçagem fomentada pelos contingentes das entradas paulistas e, notadamente, dos Kaingang. Parte da produção era levada para São Paulo com o nome de congonha. Mais tarde, a partir de 1782, com o retorno dos jesuítas para retomarem a organização das Missões no atual estado do Rio Grande do Sul, os ervais passaram a ser reorganizados para produção de grande escala. Os próprios Povos disputaram os ervais nativos no Alto Jacuí, há 300 km das sete cidades. Na polêmica entre os demarcadores, em 1787, os caciques de São João mostraram aos europeus um documento de 1742,⁶ quando a Companhia de Jesus mediou um litígio entre seus antepassados e os de São Miguel, Constituía uma espécie de escritura de propriedade de seus ervais no extenso espaço do Alto Jacuí e do Forqueta, este afluente do Taquari. Conforme o *Extrato de las ocurrencias y estado de la Demarcacion de los Articulos 3º y 4º del Tratado Preliminar del ano de 1777*,

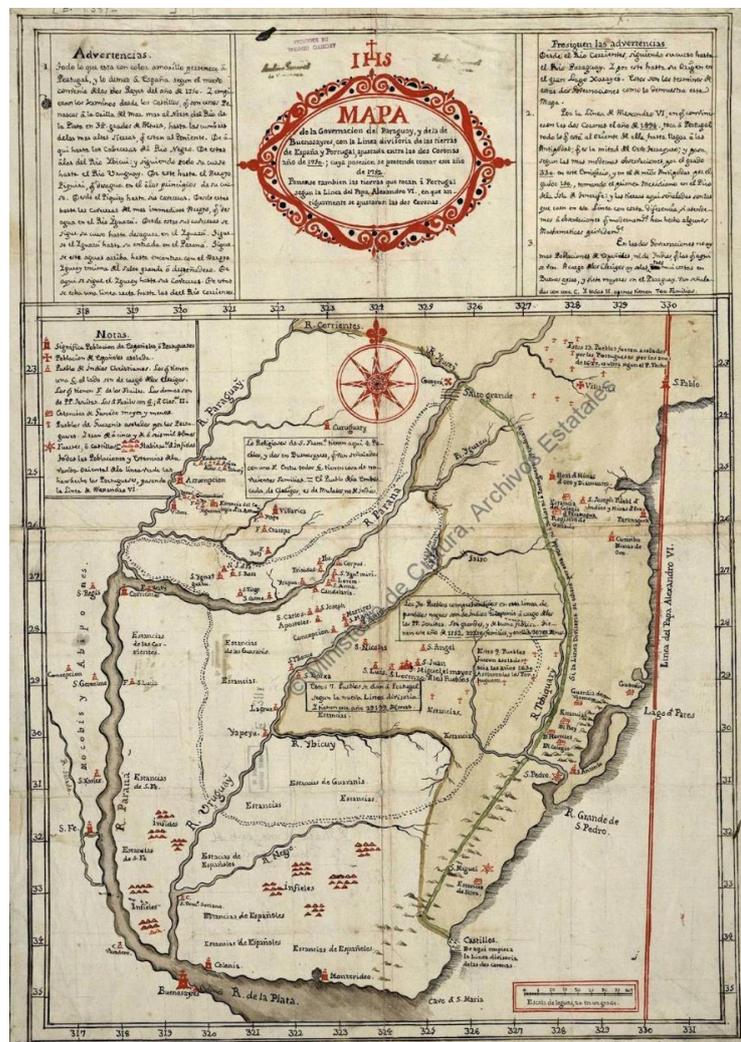
No ano de 1742, disputou o Povo de São Miguel ao de São João a propriedade de alguns ervais do Jacuí, para cuja decisão nomeou o Padre Superior das Missões por juiz o padre Pedro Cabrera, que decidiu a questão a favor dos primeiros, colocando nos Ervais algumas cruces, e uma lápide, com uma inscrição em Guarani, que traduzida disse assim: Ano de 1742. Se assinalaram estes ervais, e puseram estas cruces de pedra com as letras que se vê nelas, por ordem do padre Pedro Cabrera, estando presentes o corregedor Pedro Chuari, e o secretário Francisco Guaraci, e outros quatro homens de ambos Povos.

Quando a Companhia de Jesus começou o seu trabalho de catequese e a organização da Província Jesuítica do Paraguai, na primeira década do século XVII, já encontrou esse processo em desenvolvimento. Os colonizadores europeus e a elite *crioulla* em formação, além dos comerciantes, haviam incorporado a erva-mate indígena no processo de conquista e povoamento, além do tabaco e produtos da terra, plantados pelos povos originários na América meridional. Com a aliança entre os jesuítas e as famílias extensas dos Guarani, Jê e outras etnias autóctones, materializada nas reduções e suas áreas de cultivo e criação, os ervais representaram

⁶ O complexo ervateiro do Povo de São João compreendia cinco ervais, com seus povoados, denominados Ranchos de Caaborá, Rosário, Conceição, São Cristóvão e Santo Isidro.

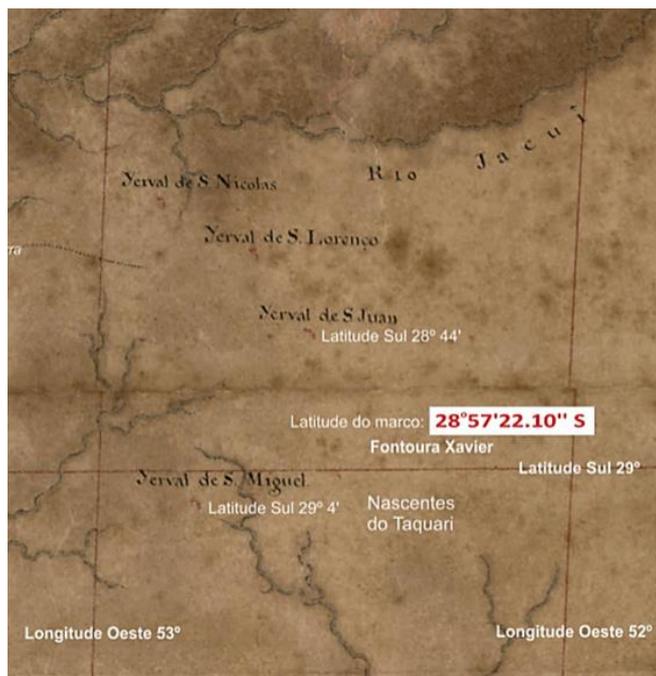
esferas de tensões entre o mundo missioneiro, sob orientação dos padres, indígenas e as intrusões sob hegemonia ibérica. Nesse processo de expansão da frente missional no atual norte do Rio Grande do Sul, a erva-mate exerceu um critério de escolha territorial para a formação das reduções (GOLIN, 2022).

IMAGEM 2 – MAPA DE LA GOVERNACION DE PARAGUAY, Y DE LA DE BUENOS AYRES, CON LA LINEA DIVISORIA DE LAS TIERRAS DE ESPAÑA Y PORTUGAL, AJUSTADA ENTRE LAS DOS CORONAS AÑO DE 1750; CUYA POSESION SE PRETENDE TOMAR ESTE AÑO DE 1752. PONENSE TAMBIEN LAS TIERRAS QUE TOCAN A PORTUGAL SEGUN LA LINEA DEL PAPA ALEXANDRO VI EN QUE ANTIGUAMENTE SE AJUSTARON LAS DOS CORONAS. JOSÉ CARDIEL, S.J., 1752. ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS



Fonte: acervo Tau Golin. Circulado em preto a localização dos ervais.

IMAGEM 3 – DETALHE DA TABULA NOVA, *ATQUE ACCURATA AMERICAЕ AUSTRALIS PARTEM EXHIBENS, IN QUA OMNES PRAECIPUE REGIONES, DE QUIBUS OLIM, REGENDORUM FINIUM CAUSA INTER LUSITANOS, HISPANOS QUE CONUENERAT, ATQUE ALIARAUM PRAETEREA TERRARUM TRACTUS CONTINENTUR QUAE AGRO PARAGUAENSI, FLUMINE PARANÁ, FLUMINE ARGENTEO, ATQUE OCEANO TERMINANTUR*. CIERA, MIGUEL ANTÔNIO, M.1782. RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. COORDENADAS DAS SEDES DOS ERVAIS DE SÃO MIGUEL E SÃO JOÃO E DO MARCO DIVISÓRIO DEMARCANDO O TERRITÓRIO DOS ERVAIS



Fonte: elaborado por Tau Golin.

Para os indígenas, os bárbaros ataques luso-brasileiros implicaram também na adoção de estratégias de sobrevivência pelo isolamento no norte rio-grandense, onde ainda podiam utilizar as florestas como áreas de relativa defesa. Protegendo-se do invasor, ainda em 1807, comunidades de Kaingang e Guarani eram encontradas no território dos ervais dos altos Jacuí, rio Pardo e nos Forqueta e Guaporé. Em 1841, o visconde de São Leopoldo, no Mappa da Província de San Pedro, cartografou as localidades “Rincão dos ervais de Missões”, “Rincão de S. Miguel”, “Passo de Erval” e “Campos habitados pelos índios e descobertos em 1807”, sobrevivências do trágico processo de expropriação e mortes nos territórios das comunidades originárias ervateiras (AHLERT; GOLIN, et al., 2019).

Na região do Planalto Médio, a colonização se efetivou a partir do século XIX, impulsionada pelo tropeirismo, que ao longo do caminho acabava por formar pequenos núcleos

populacionais. Por ser um território vasto e ter uma população reduzida, essas primeiras comunidades encontravam um certo isolamento. As fazendas encontravam na agricultura de subsistência, na atividade extrativista e na pecuária as principais atividades econômicas. Também durante a primeira metade do século XIX, colonizadores luso-brasileiros se estabeleceram na região, trazendo consigo escravos negros.

No que tange a imigração de europeus, o maior fluxo foi observado ao final do século XIX. Com a construção da estrada de ferro o processo de colonização foi intensificado. Para a região, imigraram principalmente italianos e alemães.

O MARCO MISSIONEIRO NO LABORATÓRIO DE CULTURA MATERIAL E ARQUEOLOGIA (LACUMA – PPGH/UPF)

Antes de ser levada ao Lacuma, a estela já havia passado pelos laboratórios do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC)⁷, em 1992. Na oportunidade, Eliane Brum escreveu uma matéria de três páginas para o jornal Zero Hora. Sensível e atenta aos significados da pedra para comunidade, a jornalista narrou mitos e mistérios que cercavam aquele bloco de 2 metros.

Certa feita, em princípios de 1992, “quando a prefeitura precisou um enfeite para a praça novinha em folha, o vice-prefeito Jair Rampanelli, bateu a mão na cabeça e lembrou da pedra lendária”, abrigada nas terras que adquirira no ano anterior (BRUM, 1992, p. 43). Nesse período a pedra encontrava-se quebrada em duas partes, na altura do meio, marcada por golpes de ponteira que buscavam pelo mítico e sempre presente, “ouro dos jesuítas”.⁸ Assim, desmembrada, a estela foi levada à cidade de Porto Alegre, onde foi higienizada e concretada na altura do rompimento e na base, onde acrescentaram-se dois tubos de ferro para mantê-la de pé. Finalizada o reparo, a pedra foi devolvida à Prefeitura do Município de Fontoura Xavier, cujos dirigentes decidiram por expô-la no parque de eventos Atilio Chitolina.

⁷ O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) foi uma das denominações que recebeu a instituição federal de preservação do patrimônio cultural entre 1990 e 1994. O Instituto sucedeu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória, esta última, junto com a Fundação Nacional de Arte (Funarte), extinta em 1990. Ver: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/54/instituto-brasileiro-do-patrimonio-cultural-ibpc-1990-1994>. Acesso em: 02 dez. 2022.

⁸ A grande busca empreendida na região, conforme descreveu Eliane Brum e verificamos durante as conversas com os moradores locais, é por um conjunto de bocha de ouro, do período jesuítico.

Em frente ao parque - sede de rodeios, Festa do Pinhão, expofeiras etc. -, a estela ficou ao ar livre. Apesar de sujeita às intempéries, a incidência direta de sol e chuva, talvez o mais nocivo tenham sido as lavagens com máquinas de alta pressão. Afora ingerências como essa, servia para amarrar os cavalos, escorar materiais, entre outros usos que se fazem de uma pedra que é alocada em frente a um local de eventos, sem as ações de educação patrimonial necessárias para o conhecimento e a valoração de um bem.⁹

IMAGEM 4 – MARCO MISSIONEIRO EXPOSTO NO PARQUE DE EVENTOS ATÍLIO CHITOLINA, EM FONTOURA XAVIER/RS



Fonte: fotografado por Armando Graff.

Nesse contexto, em março de 2016, o transporte do artefato e o desenvolvimento do projeto de pesquisa acadêmica no LACUMA – PPGH/UPF foram autorizados pelo IPHAN, através do Ofício nº 0369/2016/IPHAN/RS, no qual se reconhece que o material se encontrava em local impróprio para sua conservação. A pedra foi transportada entre grande quantidade de serragem, evitando com isso impactos e possíveis danos em sua estrutura.

⁹ Não é objetivo desse texto apontar culpabilidades nos manejos com a estela, é importante frisar que não trata-se de responsabilizar os sujeitos pelas ações passadas, visto não haverem falhas, mas sim, faltas. Ausência de conhecimento para valorizar e preservar.

IMAGEM 5 – CHEGADA DO MARCO NA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO.
RESPONSÁVEIS PELO DESLOCAMENTO: VALDIR DUARTE GRAFF E ARMANDO
GRAFF



Fonte: fotografado por Jacqueline Ahlert.

IMAGEM 6 – ASSIM COMO OCORREU QUANDO FOI REMOVIDA DO SÍTIO
ORIGINAL, EM 1992, NOVE HOMENS CARREGARAM O FRAGMENTO DE
BASALTO, DE 528 QUILOS



Fonte: fotografado por Jacqueline Ahlert.

O primeiro procedimento realizado no laboratório foi a retirada da terra e dos musgos que cobriam a estela. Para a remoção da maior parte da bryophyta, foram utilizadas escovas de cerdas firmes, água e materiais não abrasivos, como palitos de madeira. Para uma limpeza mais apurada, a retirada total de sedimentação, empregaram-se escavadores de metal nº. 17. Todo esse processo foi realizado de forma lenta e meticulosa, sob orientação do arqueólogo Fabricio Vicoski e demais professores vinculados ao projeto.

Após higienização e secagem do material, à sombra e junto a boa circulação de ar (VICROSKI, 2012, p. 27), foram feitas experiências com diversos materiais para o melhor resultado do decalque das gravuras da superfície da pedra. Utilizou-se papel carbono, tecido morim, papel seda, carvão e lápis 6B. Dentre estes, o que apresentou melhores resultados foi a combinação do tecido morim com o papel carbono. A técnica consiste em posicionar o tecido sobre o material lítico e friccionar o papel carbono sobre o tecido. Finalizado o processo, pode-se ter uma melhor visualização das inscrições, o que auxilia a etapa seguinte, a elaboração do desenho arqueológico.

IMAGEM 7 – ELABORAÇÃO DO DECALQUE COM PAPEL SEDA E LÁPIS 6B PELA BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA ANA CAROLINA GALVAN



Fonte: fotografado pela autora.

IMAGEM 8 – ELABORAÇÃO DO DECALQUE COM TECIDO MORIM E PAPEL CARBONO PELO BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA BRUNO ALMEIDA



Fonte: fotografado pela autora.

IMAGEM 9 – RESULTADO DO DECALQUE DA PARTE SUPERIOR DA FACE A



Fonte: fotografado por Giulia Cittolin.

IMAGEM 10 – NEGATIVO DO DECALQUE DA PARTE SUPERIOR DA FACE A



Fonte: negativo elaborado por Giulia Cittolin.

IMAGEM 11 – IMAGEM FOTOGRÁFICA DO MARCO. FACE A



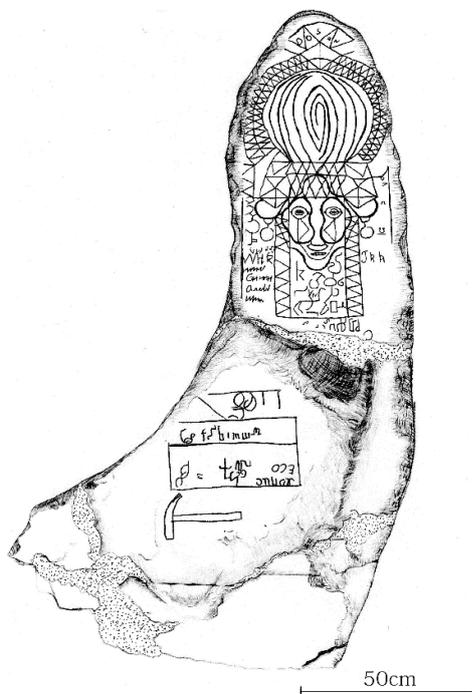
Fonte: imagem fotografada e tratada por Giulia Cittolin.

IMAGEM 12 – IMAGEM FOTOGRÁFICA DO MARCO. FACE B



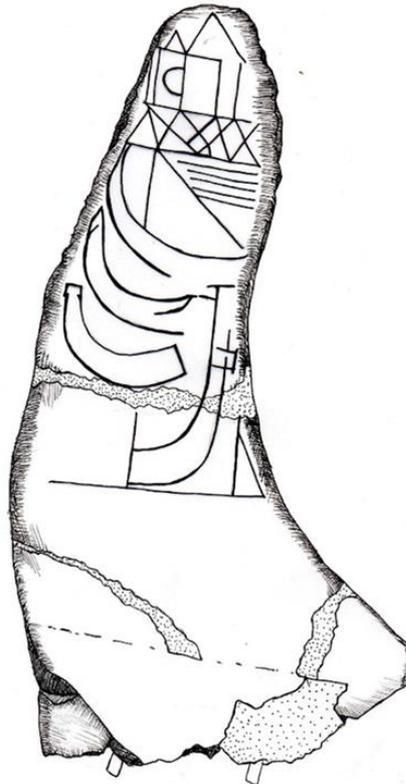
Fonte: imagem fotografada e tratada por Giulia Cittolin.

IMAGEM 13 – DESENHO DA FACE A DO MARCO MISSIONEIRO



Fonte: realizado pela bolsista de iniciação científica Giulia Cittolin.

IMAGEM 14 – DESENHO DA FACE B DO MARCO MISSIONEIRO



Fonte: realizado pela bolsista de iniciação científica Giulia Cittolin.

O objeto pode ser representado através de uma projeção plana de umas das faces ou ainda sob diferentes ângulos e cortes transversais e longitudinais. Tal escolha dependerá das características do objeto e dos elementos que se pretende destacar. Com relação aos artefatos líticos, a superfície natural (córte) é representada com pontilhados, as linhas finas representam as superfícies côncavas e convexas, que podem ser sombreadas com pequenos traços curvos indicando seu relevo, já as linhas mais grossas delimitam o contorno das peças (VICROSKI, 2012). Como o objeto em questão possui dois materiais, basalto e concreto, foi necessário diferenciá-los, assim, o concreto foi representado com pontilhados.

Transcorreu, junto ao trabalho de laboratório, a pesquisa histórica, cujos resultados foram sintetizados na exposição itinerante “Os ervais dos povos indígenas: das aldeias nativas às Missões”. Um conjunto de 17 painéis que deve acompanhar o Marco Missioneiro de volta à

cidade de Fontoura Xavier, como subsídio à construção de conhecimento sobre o artefato e sobre os processos históricos que o envolvem.¹⁰

Somada a pesquisa documental cartográfica, iconográfica e em demais testemunhos de época, o local onde originalmente estava a estela foi prospectado em superfície, objetivando conhecer o local de onde foi extraída, a localização de outros fragmentos de basalto e demais indicativos que viessem a contribuir na investigação. Informações introdutórias de caráter social e antropológico permitiram conhecer as lendas que rodam o artefato e as imediações do local onde estava fixado. Tais testemunhos integram os objetivos da pesquisa no âmbito de ciência e registro da cultura imaterial da comunidade local, tendo em vista a compreensão das leituras de sentido, das apropriações e projeções sobre o marco, de modo específico, e sobre o passado da região, de modo amplo. As conversas e visitas foram documentadas através de gravações de voz, pequenos vídeos e fotografias.

IMAGEM 15 – REGISTRO DAS DIMENSÕES DA COVA ONDE ENCONTRA-SE A BASE DO MARCO MISSIONEIRO, POR JACQUELINE AHLERT E FILIPI POMPEU



Fonte: fotografado por Tau Golin.

¹⁰ Para devolução do Marco Missioneiro e execução das atividades de Educação Patrimonial, os projetos de exposição e preservação planejados pelo atual prefeito da cidade, Luiz Armando Taffarel e seus secretários, devem ser aprovados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

IMAGEM 16 – MEDIÇÃO DA BASE, EM NÍVEL DE SUPERFÍCIE



Fonte: fotografado por Tau Golin.

PROPOSIÇÕES INTERPRETATIVAS

Que fantasias atravessaram a mente do índio e deram força à mão calejada ao cravar o formão na pedra para esculpir aquela estranha figura? (...) A quem se dirigia, que sinais indicavam, o que tentava dizer?” Inquire Eliane Brum em sua matéria de 1992. Ao que responde José Otávio Catafesto (na ocasião arqueólogo do IBPC): “É uma incognita. Para nós a sensação é semelhante a de um egiptólogo que encontra um hieróglifo. Não tínhamos nenhum conhecimento de que se usasse este tipo de marco trabalhado” (1992, p. 43).

Compartilhamos da imprecisão de Catafesto. As mais variadas hipóteses já foram problematizadas para uma aproximação dos possíveis sentidos da representação da (inegável) imagem indígena que figura na parte superior da face A do marco. O que adorna a sua cabeça? Uma mitra? Como sugeriu Luiz Antônio Custódio, coordenador regional do IBPC, quando a pedra foi levada a Porto Alegre.

A representação de um papa por um indígena que nunca colocou seus olhos sobre tal autoridade? Imaginando que, ao modo de um respeitável cacique, deveria estar com a cabeça paramentada com um grande adorno ao estilo de um cocar, brincos nas orelhas, pinturas triangulares no rosto. Seria, sob esta perspectiva de amálgama, obra de um indígena guarani

catequizado? Onde estaria, então, o símbolo maior do cristianismo? Porque teria abdicado de representar a cruz se sua intenção era a de remeter a um papa?

Podemos inverter a questão e ponderar sobre a figuração de um grande cacique legitimado pela mitra, ou seja, reconhecido em sua estima pela sua parcialidade e pelo poder colonial, projetado sobre a Igreja.

No que tange a face A, ainda há as inscrições da parte inferior. Um martelo, símbolos e letras não legíveis no interior de três formas retangulares. O mesmo tipo de incisão ocorre nas laterais do rosto, a cima. Um olhar atento percebe que o sulco na pedra que constitui a linha da imagem figurativa (rosto adornado) não é o mesmo das imagens inferiores, das letras (WHR, JRA) nas laterais da figura e demais grafias. A fenda que conforma o rosto indígena e seus adereços, bem como, do traçado das linhas curvas e retas, pressupõem domínio técnico por sua constância, sendo mais larga e profunda (aproximadamente 2mm de prof. e 5mm de espessura); enquanto as demais são relativamente superficiais (prof. de 0,5mm e espessura de 2mm). Tais diferenças técnicas levam a ponderar sobre, pelo menos, dois momentos de intervenção sobre a pedra.

Na visita ao sítio localizamos pedras de menor dimensão com gravuras, que possuem marcas semelhantes as menores e mais superficiais, cuja autoria é atribuída a um certo “alemão louco”. Os proprietários do local, explicaram que em idos de 1940 viveu um alemão “louco” na cidade. Segundo alguns dos entrevistados, o sujeito passava dias em meio aos bosques, sozinho, escrevendo em pedras. Salvo os relatos expressarem uma visão pejorativa das ações do imigrante alemão, fato é que outros artífices estiveram perambulando naquelas paragens.

As faces B da estela apresenta desenhos geométricos e esquematismo das formas, evidências mais facilmente associada a estética indígena. O geometrismo é marcado pela disposição de contornos geométricos e pela presença de linhas verticais e horizontais, que definem partes simétricas no conjunto da composição. Somam-se aos desenhos esquemáticos os registros da lateral esquerda, a partir da face A. Esse flanco possui um terceiro tipo de gravação, possivelmente pela superfície limitada e, quiçá, pela posição da estela no momento da realização dos sulcos.

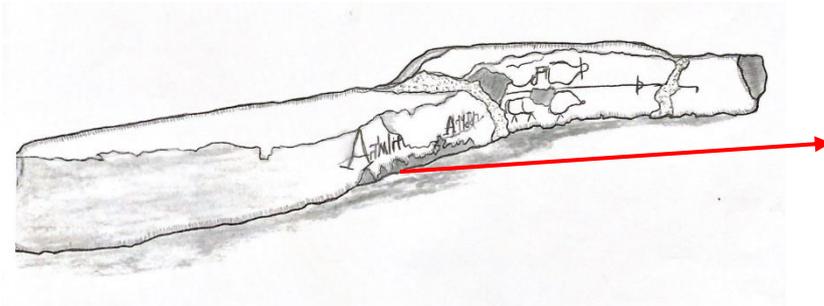


IMAGEM 17 – DESENHO DA LATERAL ESQUERDA, A PARTIR DA FACE A

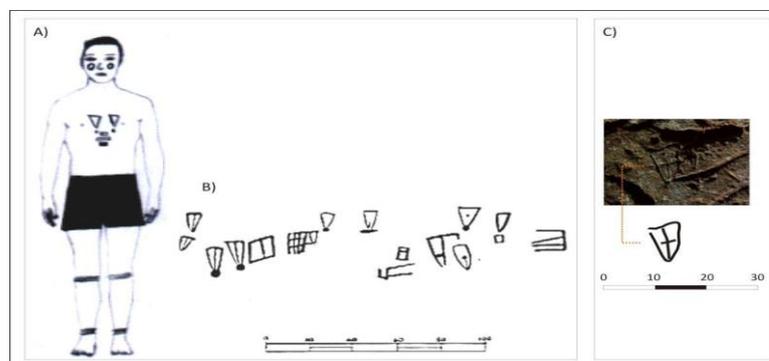
IMAGEM 18 – DETALHE DA LATERAL ONDE SE VERIFICA SIMBOLOGIA SIMILAR AO GRAFISMO JE



Fonte: desenho elaborado por Giulia Cittolin.

Fonte: acervo da autora.

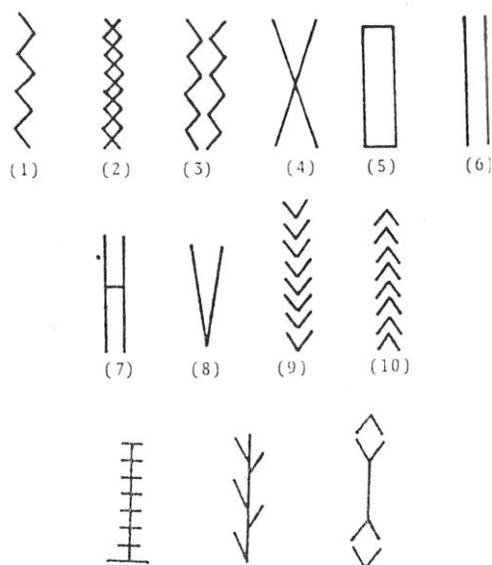
IMAGEM 19 – EXEMPLOS DE DRAFISMO JÊ. (A) PINTURA CORPORAL KAINGANG (GUARITA/RS); (B) GRAFISMOS RUPESTRES (URUBICI/SC); (C) GRAFISMO RUPESTRE NA PALEOTOCA “TOCA DO TATU” (TIMBÉ DO SUL/SC)



Fonte: elaborado por Fabricio Vicoski.

Conforme as análises comparadas realizadas por Vicoski - utilizando como fonte as observações que P. Mabilde realizou quando esteve entre os kaingang no século XIX, sobre o registro dos símbolos talhados nas araucárias para delimitar os pinheirais de cada grupo -, dentre eles há um que se assemelha ao grafismo do marco, sem a “cruz” central, o que o torna similar a um “V” (Grafismo nº 8). O “zigue-zague” (grafismo 1), também aparece no marco.

IMAGEM 20 – MARCAS PARA DEMARCAÇÃO DE UM TERRITÓRIO JÊ



Fonte: Mabilde, 1983.

Na análise de Golin, os marcos missioneiros foram colocados em território de grupos kaingang não reduzidos. Ao depararem-se com os marcos, a probabilidade de realizarem intervenções neles faz-se bastante plausível, visto aqueles sinalizadores balizarem usos do seu território por outro grupo. Nesse ponto de vista, o marco de Fontoura Xavier seria um enfrentamento simbólico à expansão territorial missioneira sobre a região dos ervais. Isso explicaria a ausência de inscrições em espanhol e guarani na estela. Golin argumenta que a documentação se inclina para um conflito inicial, mas depois vão ocorrendo processos de colaboração, pois muitos produtos e armas desejadas pelos kaingang passaram a entrar numa

espécie de relação de escambo. Mas, além disso, pela enorme produção, que só poderia ser feita em condições de colaboração, e não mergulhados em conflitos.¹¹

CONSIDERAÇÕES AINDA DISTANTES DE UM FINAL

Talvez o leitor(a) chegue a este momento do texto algo frustrado. Afinal, onde estão as respostas? Numa postura acadêmica, especular este tipo de decifração é mover-se em terreno pantanoso, ou seja, com insegurança. Atentos à condição de que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, remete à “subjetividade” do autor” (CERTEAU, 1982, p. 66), e cientes de que os códigos iconográficos presentes no Marco Missioneiro articulam simbolismos de outras cosmovisões, distante no tempo e no imaginário, deixamos ao leitor a possibilidade de conjecturar hipóteses, validar ou descartar as aqui apontadas. Afinal, chegaram a nós nesses anos de pesquisa “certezas” de que as representações na estela tratavam-se de uma prova inquestionável da presença inca em território meridional, proposição que não foi aqui desenvolvida pela carência de fontes que afixassem essa relação.

Findemos com a percepção de um processo marcado pela demarcação de territorialidade, com enfrentamento simbólico e colaboracionismo. E deixemos aberta a polifonia do marco, as múltiplas vozes e temporalidades que da pedra ecoam, seja elas oriundas do século XVIII ou do XX. O artefato, como objeto histórico, exhibe diferentes apropriações e não nos cabe hierarquizar-las, sob o risco de impormos nossa “filosofia particular”.

Não somente o marco balizava uma fronteira como o fazia entre sujeitos na fronteira, na fronteira do humano. A experiência missionária esteve vinculada à defesa de fronteiras geopolíticas e a um processo peremptório de transformações socioculturais graduais e constantes que provocaram uma “adequação” histórica originada pelas imposições do novo contexto, num espaço culturalmente híbrido, em que as contradições de uma sociedade de fronteira tencionavam permanentemente.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Jacqueline. **Estátuas andarilhas: as miniaturas na imaginária missioneira**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

¹¹ Transcrevo aqui diálogos realizados durante as reuniões do grupo de pesquisa (2019). Destaco a trabalho conjunto apoiado em diferentes fontes para conjecturar hipóteses coerentes sobre o artefato.

AHLERT, J.; GOLIN, T.; VICROSKI, F.; ALMEIDA, B.; CITTOLIN, G. GALVAN, A.; GRAFF, Armando. **Exposição Ervais dos Povos Indígenas:** das aldeias nativas às Missões, 2019.

BRUM, Eliane. Uma pedra misteriosa intriga moradores de Fontoura Xavier. **Zero Hora:** Porto Alegre/RS, 28 de junho de 1992. Pp. 42-44. Impresso

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Extrato de las ocurrencias y estado de la Demarcacion de los Articulos 3º y 4º del Tratado Preliminar del ano de 1777. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

FRAGOMENI, Luiz Paulo. **Caracterização do meio físico de Fontoura Xavier – RS.** Passo Fundo: GEMA – Geologia, Engenharia e Meio Ambiente, 2018.

GOLIN, Tau. **Mateando:** os ervais dos povos indígenas: história da erva mate e do chimarrão. Passo Fundo: Méritos, 2022.

MABILDE, Pierre F. A. Booth. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul.** 1836 – 1866. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

SÃO LEOPOLDO, V. **Mappa da Província de San Pedro.** 1841. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

VICROSKI, Fabrício J. Nazzari. **Diagnóstico arqueológico interventivo na área de implantação do loteamento residencial Parque da Cidade I, município de Passo Fundo/RS.** Núcleo de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Passo Fundo, 2014.

VICROSKI, Fabrício J. **Técnicas de Laboratório em Arqueologia:** Procedimentos básicos para conservação de acervos, promovido pelo Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA/PPGH/UPF), 2012.

VICROSKI, Fabrício J. **Índios, jesuítas e bandeirantes no Alto Jacuí.** Implicações históricas e geopolíticas da redução de Santa Teresa del Curiti. Tese de doutorado. Passo Fundo: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, 2018.